REDE ANBIMA DE INOVAÇÃO

JORNADA DE TOKENIZAÇÃO 2026 · RESUMO DO ENCONTRO

Supervisão inteligente em ambientes tokenizados

18 de novembro de 2026 · Encontro 8 de 9

PALESTRANTES



Guilherme Benaderet
Superintendente de Mercados da ANBIMA



Isabel Sica Longhi
Diretora de Políticas Públicas e Regulatório da Ripple para a América Latina



Victoria de Sá
Sócia-fundadora da Vert



Lucas Lucena (moderação)
Especialista em Inovação da ANBIMA

SOBRE

Objetivo do encontro.

Neste oitavo encontro da Jornada de Tokenização, a discussão esteve centrada nos impactos da tokenização sobre a supervisão do mercado de capitais e no papel de reguladores e autorreguladores em ambientes digitais. O encontro abordou a ideia de evidências que nascem junto com as operações, a supervisão pensada desde o desenho das infraestruturas, o acesso de supervisores aos dados, os limites da automação de regras e os desafios de coordenação entre mercado e reguladores.

EM SÍNTESE

1. A tokenização muda a forma como a supervisão acontece, mas não a substitui: temas subjetivos, como conduta e conflito de interesse, continuam exigindo julgamento humano.
2. Qualidade e padronização dos dados importam mais do que quantidade. Mais dados não significam, necessariamente, mais informação.
3. A supervisão precisa ser pensada desde o desenho da infraestrutura, com regras objetivas incorporadas e uma definição clara do que fica dentro e fora da rede.

DESTAQUES

Relembre a conversa.

Supervisionar é reconstruir o filme da operação.

Guilherme Benaderet, da ANBIMA, explicou que a informação essencial para a supervisão é aquela que permite reconstruir com segurança o que aconteceu: quem fez o quê, quando, sob qual regra vigente naquele momento e com qual resultado. Hoje essas evidências estão fragmentadas entre sistemas das instituições, regulamentos, atas e bases já enviadas à ANBIMA, e muitas vezes exigem pedidos adicionais de informação. Com dados estruturados que nascem junto da operação, segundo ele, a supervisão poderia gastar menos energia reconstruindo o passado e mais avaliando riscos e condutas. Guilherme fez, porém, uma ressalva: registro não é sinônimo de evidência. É preciso saber se o dado é íntegro, em que contexto foi gerado e quem respondia por ele.

O que os reguladores querem entender.

Isabel Sica Longhi, da Ripple, contou que a maioria dos reguladores tem buscado entender a tecnologia antes de regular, avaliando se as regras existentes podem ser adaptadas, em uma lógica de neutralidade tecnológica. Ela citou como exemplos o regime piloto europeu e as isenções em discussão nos Estados Unidos. Segundo Isabel, as perguntas se repetem em todos os países: como supervisionar e quem é responsável por isso, quais riscos são novos ou mudam, como garantir segurança jurídica sobre o que o token representa e como o regulador acessa as informações. A divisão de competências passou, no Brasil, pela Lei 14.478 e hoje está em debate em outros países, como a Argentina.

Muitas fontes da verdade.

Victoria de Sá, da Vert, trouxe a perspectiva de quem opera. Para ela, a blockchain não muda a natureza da responsabilidade fiduciária, mas muda a forma de controlar e demonstrar o que acontece. Ela deu como exemplo o preço unitário de um título de securitização, que pode ter valores diferentes no controle da securitizadora, na B3 e no agente fiduciário, todos em sistemas proprietários que pouco conversam entre si. Na visão dela, um registro distribuído entre os agentes oferece uma fonte única e mais clara para todas as partes envolvidas.

Rede pública não significa dados públicos.

Isabel destacou que o principal desafio do regulador hoje é a qualidade dos dados que recebe. Ela lembrou que as redes, públicas ou privadas, permitem níveis distintos de acesso, de modo que o regulador possa ver tudo sem que todos os participantes vejam tudo. Victoria complementou com dois mecanismos. O primeiro são as credenciais, que atribuem uma identidade verificada aos participantes. O segundo são as listas de permissão (*whitelisting*), que restringem as interações a quem foi verificado. Isabel comparou as credenciais ao Open Finance: dados padronizados que o titular leva de uma instituição a outra, sem precisar fornecê-los várias vezes.

Travas na largada, julgamento humano no fim.

Para Guilherme, a supervisão busca reduzir incertezas e atuar de forma mais tempestiva e preventiva. Com regras incorporadas às infraestruturas, algumas operações irregulares poderiam nem ser concluídas, e outras poderiam gerar alertas automáticos. Com acesso prévio aos dados, também deixaria de existir a espera de até 20 dias por respostas a pedidos de informação. Ele ressaltou, no entanto, que temas subjetivos, como razoabilidade, conflito de interesse e diligência, continuarão exigindo análise humana, e que atas de comitês de crédito e decisões de governança seguirão fora da rede. Isabel concordou: só riscos objetivos e evidentes, como uma carteira impedida de receber recursos, deveriam ser bloqueados automaticamente.

Supervisão desde o desenho.

Questionada sobre se a nova infraestrutura reduziria o custo de observância ou criaria mais uma camada de exigências, Victoria respondeu que isso depende da arquitetura. Se a rede for construída pensando em reportes e supervisão, não haverá trabalho extra. Se faltarem funcionalidades como o congelamento de ativos, o trabalho terá de ser feito fora dela. Ela defendeu padronizar dados e reportes, para que o mesmo dado não seja enviado em formatos diferentes para cada autoridade, e lembrou que o importante é definir bem quais atributos ficam dentro da rede e quais ficam fora. Guilherme acrescentou o ganho do envio único: em uma rede permissionada, o dado é registrado uma vez e acessado por cada parte autorizada.

Mais dados não é mais informação.

Os participantes alertaram para o risco do excesso de dados. Isabel citou o volume de relatórios exigidos de prestadores de serviços de ativos virtuais, difícil de processar até para as próprias empresas. Guilherme defendeu que reguladores e autorreguladores revisem periodicamente o que pedem e deixem de exigir informações que perderam utilidade. A inteligência artificial apareceu como aliada nesse ponto: a supervisão da ANBIMA já mantém um núcleo de análise de dados que usa IA, e Victoria lembrou que dados padronizados são justamente o que torna essas ferramentas eficazes. Guilherme fez uma ressalva: políticas internas produzidas com IA podem estar formalmente perfeitas e, ainda assim, não refletir a prática da instituição.

Contas ônibus, novos papéis e auditoria.

As perguntas do público trouxeram casos concretos. Sobre ativos mantidos em contas ônibus, Isabel explicou que a rastreabilidade se preserva desde que o operador regulado mantenha registros de quem é o titular de cada ativo. Victoria lembrou que o mercado já convive com essa lógica nas operações por conta e ordem. Sobre desintermediação, Victoria avaliou que o que resolve os problemas de informação é a qualidade dos dados, e não a redução de intermediários. Guilherme acrescentou que os papéis dos prestadores de serviço tendem a mudar: alguns podem deixar de existir e outros podem surgir. Sobre auditoria, Victoria apontou que o ambiente tokenizado permite uma trilha imutável de tudo o que aconteceu no ano, o que facilitaria, por exemplo, a transferência de fundos entre administradores.

Olhando para frente.

Na rodada final, Victoria afirmou que o mercado já tem o conhecimento necessário e que o que falta é execução: fechar o modelo e se comprometer com ele. Guilherme reforçou que a tokenização não é uma bala de prata. Ela muda a forma como a supervisão acontece, permitindo foco nos maiores riscos e atuação mais preventiva, mas não elimina a necessidade de supervisão. Isabel destacou a postura colaborativa do regulador brasileiro, que, segundo ela, virou referência na América Latina desde o Open Finance e o Pix, e defendeu aproveitar os aprendizados que já existem em vez de recomeçar do zero.

Conteúdo da reunião.

Veja e reveja o que foi apresentado

Gravação do evento (YouTube)

Próximos encontros.

Clique nos links para se inscrever

10/12 Boas práticas em tokenização: aprendizados e caminhos para o mercado

Encontros anteriores.

Relembre as conversas da jornada

29/04 O que é tokenização e por que tokenizar? A nova infraestrutura do mercado de capitais

28/05 Tipos de blockchain e sua usabilidade: redes públicas, privadas e híbridas

26/06 Smart contracts no mercado de capitais: da lógica à execução de fundos

29/07 Tokens de dívida: o ciclo de vida de uma debênture em ambiente tokenizado

27/08 Custódia de ativos digitais: segurança, controle e gestão de chaves

29/09 Privacidade em redes compartilhadas: o desafio do sigilo

28/10 Liquidação em ambientes tokenizados: como as transações são concluídas

Conecte-se.

Canais e materiais da Rede ANBIMA de Inovação

Comunidade

Grupo no WhatsApp para acompanhar as novidades e conversar com quem participa da Rede.

Entrar no grupo →

Conexão Inovar

Newsletter da Rede, com a agenda e os conteúdos mais recentes direto no seu e-mail.

Assinar a newsletter →

Wiki da Rede

Acompanhe o andamento dos projetos da Rede e encontre materiais, apresentações e publicações.

Acessar a wiki →

Sobre a Rede

Conheça a proposta da Rede ANBIMA de Inovação, as frentes de trabalho e como participar.

Conhecer a Rede →